

2

CARTAS SINCERAS: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EPISTOLAR NA CORRESPONDÊNCIA DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO

SINCERE LETTERS: CONSTRUCTION OF EPISTOLARY IDENTITY IN THE CORRESPONDENCE OF MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO

Matheus Nogueira Schwartzmann

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp Araraquara); Mestre em Estudos Literários pela mesma instituição; docente dos cursos de Tradução/Intérprete e Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade) e Professor Permanente do Mestrado em Linguística da Universidade de Franca (Unifran).

RESUMO

A sinceridade é uma espécie de forma de vida muito frequente na prática epistolar, o que permite que uma correspondência seja construída, de um sujeito para o outro, enquanto “comunicação sincera”. Ou seja, há casos em que, para que se concretize a prática epistolar, é preciso antes que os interlocutores acreditem no *fazer*, no *dizer* e no *ser* nas cartas manifestados, mantendo estável o campo de presença instaurado na correspondência. Dessa maneira, a reiteração da sinceridade nas cartas, mais que uma forma de vida, é um fazer persuasivo do sujeito, uma estratégia fiduciária que instaura um regime de crença – que constrói esse “ambiente sincero” – que harmoniza, enfim, a correspondência. Neste trabalho, buscaremos mostrar, a partir de alguns exemplos, a maneira como, na correspondência do

poeta português Mário de Sá-Carneiro, constrói-se essa identidade que tem como base o efeito de sentido de sinceridade.

Palavras-chave: semiótica francesa; sinceridade; gênero epistolar.

ABSTRACT

The sincerity is a type of way of life which appears quite often in the epistolary practice, what allows a correspondence to be built, from one subject to another, while “sincere communication”. That is, there are cases that in order to make the epistolary practice happen, it is necessary, beforehand, that the interlocutors believe in the doing, in the saying and in the being of the letters which are manifested, keeping stable the presence field installed in the correspondence. Likewise, the reiteration of the sincerity in the letters, more than a way of life, is a persuasive doing of the subject, a trusty strategy which installs a belief regime – that builds this “sincere environment” – brings harmony, and at last, the correspondence. In this paper, we will show, through some examples, the way how, in the correspondence of the Portuguese poet Mário de Sá Carneiro, this identity is built and has the sense effect of the sincerity as a basis.

Keywords: French semiotic, sincerity, epistolary genre.

INTRODUÇÃO

Para esta nossa reflexão sobre a constituição da carta e da correspondência, acreditamos ser preciso esclarecer, de início, de que tipo de carta estamos tratando. Esse objeto multifacetado, que aqui chamaremos de *carta íntima*, obedece a poucos protocolos formais, estando quase exclusivamente organizado ao redor de um projeto particular, individual, tendo, na maior parte das vezes, como função principal, estabelecer o contato entre ao menos dois sujeitos disjuntos no tempo e no espaço. Tomada assim como um projeto particular, da ordem da intimidade – características que acabam enfim por defini-la – a correspondência permite e incita o olhar indiscreto daquele que vasculha o texto alheio em busca da mínima revelação íntima, de qualquer laivo de sinceridade que ali possa existir, de segredos que possam ser desvelados, intrigas e histórias fantásticas, reais ou imaginadas. Desse modo, as cartas de literatos, artistas, políticos e cientistas, tornam-se, nesse sentido, objetos particularmente atraentes, porque, *supostamente*, nelas poder-se-iam entrever os anseios e alegrias de pessoas célebres, lançando ainda luz sobre a própria gênese de seu pensamento, de suas obras, de sua “genialidade”.

E é justamente nessa direção que partimos, pois o interesse de mais de uma geração de estudiosos da literatura portuguesa pelos elementos subjetivos que as cartas encerram nos levou à correspondência do poeta português Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), que ora se apresenta como nosso objeto de estudo. Muito citadas e tomadas frequentemente como a comprovação de verdades biográficas, a correspondência de Sá-Carneiro instituiu, principalmente depois da publicação no final dos anos 1950 do primeiro volume de cartas de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa, uma crítica sá-carneiriana quase inteiramente estabelecida sobre os elementos pretensamente *verídicos* e *sinceros* dessas cartas.

E eis por que nos interessamos por elas: o que há de sincero em uma carta, ou mais especificamente, o que faz *parecer* que sejam sinceras e verídicas? Tendo como base os pressupostos teóricos da semiótica de linha francesa chegamos às seguintes hipóteses: há certamente nos textos estruturas (discursivas, narrativas, profundas) que permitem que sejam lidos como fonte da mais pura sinceridade, mas, entretanto, devemos ir além: a sinceridade não é, nas cartas, apenas fruto dessa enunciação pretensamente sincera, ela é uma *estratégia* do sujeito remetente que dela se vale para manter a continuidade de sua própria existência, inserida nessa *prática* epistolar, como veremos.

Vale dizer, ainda, que temos adotado em nossos trabalhos (SCHWARTZMANN, 2009) a correspondência organizada por Tereza Sobral Cunha, publicada no Brasil em 2004 sob o título de *Correspondência com Fernando Pessoa*, pela editora Companhia das Letras. Diferentemente de outras edições publicadas anteriormente em Portugal, e de uma única edição brasileira¹, essa, por mais que se refira às edições anteriores e nelas se baseie, traz cartas de Fernando Pessoa que permaneciam ainda inéditas, muitas notas explicativas que retratam seu contexto literário e histórico, e (talvez o fato mais singular dessa edição) inclui notas que Fernando Pessoa fazia nas cartas que recebia de Mário. Além disso, a fim de fixarmos uma direção de análise, mesmo tendo consciência do caráter literário que as cartas suscitam, vamos considerá-las, *a priori*, exatamente como o faz a edição empregada, como *cartas pessoais* íntimas de Mário de Sá-Carneiro. Isto é, são cartas escritas por um sujeito que *compartilha sua intimidade*, sendo essa forma de partilha (sincera) justamente o nosso objeto de análise, já que acreditamos que a própria natureza da troca epistolar favorece a instauração desses diversos efeitos de

1 A *Obra Completa de Mário de Sá-Carneiro* (1995) apresenta a única edição brasileira das cartas, divididas em literárias, incluindo aí a correspondência com Fernando Pessoa.

sentido que embaralham as noções de realidade, veridicção e, principalmente, sinceridade.

2. DESCOMPASSO TEMPORAL E VERIDICÇÃO: A NATUREZA DA COMUNICAÇÃO EPISTOLAR

Para o semioticista francês, Jacques Geninasca (1988, p. 45), a comunicação epistolar é um modo específico de interação, isto é, “uma ação recíproca”, que consiste em uma sequência de ações e de reações. A interação teria como objetivo transformar as possíveis representações que os parceiros da comunicação fazem de si mesmos.

Para que possam ser capazes, ao longo da interação, de produzir e interpretar textos interativos, os sujeitos lançam mão de simulacros: o remetente, que pode ocupar o papel de destinatário na carta subsequente, forja um simulacro, ou mesmo uma identidade, de seu destinatário. No entanto, esse simulacro-identidade não pode ser tomado exatamente como a construção de um ator: a construção do outro, do destinatário, dá-se, antes de tudo, apenas por meio de uma “figura actorial subjacente” (GENINASCA, 1988, p. 45) que é determinada pelos investimentos modais do remetente e está de acordo com o universo de valores com os quais compactua. Se, então, os sujeitos participam de um mesmo universo axiológico, eles comungam das mesmas crenças, instaurando um modo de comunicação epistolar. Dessa maneira, chegamos inevitavelmente à questão do contrato fiduciário – o desejo de comunicar algo (*querer* ou *dever comunicar*) estando intrinsecamente ligado ao *querer* e ao *poder crer* – e de como esse contrato instaura, então, um efeito de sentido de verdade e de sinceridade, que seria próprio à troca epistolar.

Assim, a interação epistolar apresenta-se como o terreno experimental em que o “valor de verdade” – a eficiência da interação – encontra-se invalidado ou confirmado. Mas não se trata aqui de uma

verdade objetiva, ancorada na realidade do mundo natural, e sim de um constructo modal, em que a realidade é real *para alguém*, isto é, para os sujeitos da interação que, desse modo, podem confirmá-la, assumi-la ou defini-la, legitimando ou não o valor de verdade do simulacro.

O estatuto de realidade de uma situação de interação deve, portanto, permitir que o sujeito remetente, por exemplo, tenha uma imagem do sujeito destinatário que coincida com a própria imagem que o sujeito destinatário tem de si: uma imagem “real”, portanto. Teríamos, dessa maneira, no caso de uma maior eficiência – que é o caso das cartas aqui apresentadas –, uma interação como a da amizade, em que os dois sujeitos *creem* conhecer-se mutuamente. Ao contrário, nos casos de menor eficiência, teríamos a irrealidade, que pode gerar outros tipos de construções também modalizadas, como o engano e o equívoco, por exemplo.

E, se no final das contas é o sujeito que pode ou não estabelecer uma situação de interação como verdadeira e real, podemos dizer que as interações apresentam-se, efetivamente, como formas “abertas”, incertas, construídas como um jogo de regras variáveis. Os sujeitos podem, a cada nova situação, remodelar a sua interação, em função dos seus (novos) destinatários ou mesmo em função apenas das (novas) situações em que se encontram.

Dessa maneira, o conjunto de ações e reações dos sujeitos acaba por instaurar a forma global da interação: ou ela será mantida (uma amizade que se estende, como a de Mário e Fernando) ou será transformada (a amizade pode desfazer-se, ou transformar-se em uma relação afetiva de conotação sexual, por exemplo). Entretanto, um aceno qualquer do sujeito, ou uma alteração na forma de interação, só faz sentido se puderem ser integrados a uma forma narrativa global, em que os

atores da troca coincidem com o simulacro que se pretende alterar: aí sim temos a coincidência de um ator com a figura actorial construída.

Essa *narrativa global* pode ser encarada de duas perspectivas distintas: (1) a dos próprios sujeitos instaurados no centro da interação; e (2) a de um terceiro sujeito, que observa a interação dos outros dois sem dela participar.

O ponto de vista dos sujeitos implicados na interação é aquele que acabamos de descrever: a instituição de simulacros e a crença (ou descrença) neles cria o efeito de realidade ou irreabilidade (sinceridade ou falsidade). Se partirmos do pressuposto de que só podemos identificar uma correspondência epistolar por conta de uma série, ou de ao menos duas cartas trocadas, chegamos à seguinte conclusão: para haver ao menos uma única resposta, para se instituir assim a comunicação, é preciso que aquele que ocupava o lugar de destinatário tenha *acreditado*, tenha enfim, aceito um contrato fiduciário. A partir do momento em que o contrato é aceito, o sujeito que era destinatário em um primeiro momento responde ao estímulo original, aceitando a realidade da situação que vivencia, tornando-se, por sua vez, remetente, e assim por diante.

O ponto de vista do terceiro actante, por sua vez, é aquele que invade o espaço da carta, o espaço fechado em que coabitam dois sujeitos. Esse sujeito indiscreto poderá reconhecer ou não os simulacros instaurados na troca epistolar: aqueles de base nos pré-construídos culturais, por exemplo, serão de mais fácil acesso. O olhar do terceiro actante pode, ainda, dar outro estatuto à carta: ele pode avaliar as formas da realidade e da sinceridade construídas no interior da interação, podendo reconhecer os efeitos de sentido que *parecem* ser verdadeiros, por exemplo, mas não são – papel este desempenhado por nós mesmos, enquanto analistas de textos. Mas esse seria também o papel, por exemplo, em uma edição de cartas, do próprio editor-

-enunciado, que gerencia e coordena o estatuto de verdade e realidade das cartas, diferenciando, assim, as cartas reais das cartas ficcionais, o que acontece de maneira bastante frequente e evidente na edição das cartas de Sá-Carneiro.

Jean Blaise Grize, ao buscar uma definição possível para a carta ressalta o seu caráter privado, e por isso também secreto, íntimo. Diz o autor: “dou o nome de correspondência a toda comunicação por troca de cartas, o que coloca a questão de se saber o que é, então, uma carta” (GRIZE, 1988, p. 9). E, como é de praxe entre semiotistas, ao buscar essa primeira definição no *Petit Robert* e no *Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse*, deles extrai duas considerações importantes: de um lado, a carta serve como substituto da comunicação oral, e, de outro, é de caráter privado (já que fechada em seu envelope, é reservada, restrita aos parceiros da troca epistolar). Em português, consultamos o verbete “carta” em dois grandes dicionários brasileiros, a título de comparação. O *Dicionário eletrônico Houaiss versão 1.0* (2001) traz as seguintes acepções: “mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo; tal mensagem, **fechada** em um envelope, geralmente endereçado e frequentemente selado” (grifo nosso). Já para o *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0* (2004) a carta seria uma “Comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas”. De certa forma, poderíamos extrair dos verbetes brasileiros as mesmas considerações.

E como percebemos, esses também são dois elementos importantes na definição da carta e na interpretação de seu funcionamento. A carta, enquanto substituta da conversação oral presencial, é uma alteração na comunicação interativa, um último recurso quando não há como comunicar oralmente alguma coisa em um dado momento. A carta instaura apenas uma mudança no suporte da mensagem

(ocasionando uma mudança de prática, obviamente), que, escrita, estará submetida às condições normais de envio postal (ou de outros meios de envio) – inserido aí o *descompasso espaço-temporal*.

Aparentemente, as oposições entre oralidade e escrita e proximidade e distanciamento indicariam tais características próprias às cartas. No entanto, a interação epistolar não é apenas uma forma de transmissão entre apenas dois sujeitos ausentes, já que são possíveis tanto a transmissão *in praesentia* de uma mensagem escrita (o bilhete para o colega ao lado, durante uma palestra, por exemplo), quanto a transmissão à distância de uma mensagem oral (que pode ter como suporte o sistema telefônico, ou até mesmo, uma pessoa que transmitiria a mensagem de alguém: *diga a fulano que eu o encontro lá*).

De qualquer maneira, essas formas não muito evidentes de comunicação epistolar colocam em xeque, principalmente, a noção de disjunção espacial como pressuposto básico para a troca epistolar, já que essa disjunção parece não afetar diretamente a interação, pois ou é dispensável para sua instauração (o bilhete trocado furtivamente) ou é facilmente transponível (a interação telefônica). O que estaria em jogo, então, seria, efetivamente, o *descompasso temporal* entre os momentos de enunciação dos sujeitos, como bem nos mostra Geninascia (1988, p. 52):

O descompasso temporal que separa os momentos de escritura, do envio, da recepção de uma carta é, como podemos ver, mais determinante, de certo modo, que a disjunção espacial dos parceiros, pois ele força a uma representação dos estados patêmicos que não poderia estar efetivamente ligada ao *aqui* e *agora* da enunciação: a emoção representada como atual se encontra necessariamente ligada a uma dimensão patêmica durável que, por conta de minha atividade epistolar, sou obrigado a assumir.

Ou seja, o *atraso* no tempo torna a interação *assíncrona*, enquanto a mudança de espaço não impede uma sincronia da interação. Dessa

maneira, a disjunção temporal força uma representação patêmica que, suficientemente durável/estável no tempo, deve chegar íntegra ao outro, ao destinatário, para somente então ser atualizada.

Essa representação patêmica nasce justamente do esforço dos sujeitos em dizer a (sua) verdade, a (sua) sinceridade, ambas construídas, de um para o outro. Esse constructo patêmico seria intrínseco à própria comunicação epistolar, que não deixa de ser, enfim, uma *comunicação “sincera”*:

Escrevemos uma carta e, ao mesmo tempo, nos vemos condenados a encenar, o mais **sinceramente possível**, a sinceridade. Na ausência da urgência que depende da presença atual do outro, há espaço para o tempo da premeditação. Daí a necessidade que eu posso experimentar de reiterar minhas demonstrações de sinceridade: não devo esperar que, de fato, na outra ponta do eixo comunicativo, pretendam me processar por sinceridade e me acusar de premeditação, já que tempo para isso houve! (GENINASCA, 1988, p. 52, grifo nosso).

A sinceridade passa a ser, desse modo, condição *sine qua non* da produção epistolar, isto é, só há interação epistolar se os dois sujeitos estiverem engajados em uma mesma verdade, sendo que, para tanto, um sujeito *deve crer* não apenas no que outro diz, mas na própria existência do outro, sendo sinceros entre si. Nesse caso, o que a indiscrição do terceiro actante da comunicação epistolar pode querer surpreender ou interceptar, é, enfim, a relação privada e real – ou ao menos, *verossímil* – que os sujeitos epistolares mantêm.

Nesse sentido, a carta íntima não poderia ser interpretada como pura ficção (ou “literatura”), já que as condições de veridicção que asseguram sua eficiência são direcionadas a um único e definido parceiro e não aos diversos leitores individuais possíveis que a carta encerraria.

3. A SINCERIDADE FIDUCIÁRIA

A sinceridade nas cartas de Mário de Sá-Carneiro é literalmente enunciada e disposta diante de seu interlocutor por diversas vezes servindo assim de apoio para a concretização do seu campo de presença, que é o lugar em que se dão as trocas intersubjetivas entre os dois interlocutores da troca epistolar, um “eu” ancorado, que se materializando, e por vezes mesmo “se corporificando”, traz (ou *quer trazer*) para perto de si um outro sujeito, um “tu”, *atrasado*, deslocado no tempo e no espaço.

E como já dissemos, a sinceridade é também uma forma de vida. E se lembrarmos de que a forma é a recorrência de uma identidade persistente que, graças a inúmeras retomadas, consolida-se como uma espécie de axiologia particular ou, ainda, como um “estilo de vida”, podemos, certamente, afirmar que ela é inerente à própria prática epistolar que só pode existir, concretizar-se efetivamente, como uma *comunicação sincera* de um sujeito para o outro. Diante da constituição de uma forma de vida, o sujeito:

inscreve-se [...] na perspectiva de uma nova “ideologia”, de uma “concepção de vida”, de **uma “forma” que é, ao mesmo tempo, uma filosofia da vida, uma atitude do sujeito e um comportamento esquematizável** (GREIMAS, 1993, p. 32-33, grifo nosso).

Ou seja, a forma de vida, enquanto “concepção de vida”, ou mesmo enquanto um papel ou atitude representados pelo sujeito está a todo instante atuando sobre as “condutas, as relações com o outro, a percepção do mundo e sua organização figurativa” (GREIMAS, 1993, p. 33).

Desse modo, para que se concretize a prática epistolar é preciso que os interlocutores acreditem no seu próprio *fazer*, no seu próprio *dizer* e, talvez o mais importante, no seu *ser*. Mas a reiteração da sinceridade nas cartas vai além de mera forma de vida, construída

no interior de um dado discurso, e acaba por assumir, assim, nas cartas de Sá-Carneiro, as feições de um fazer persuasivo do sujeito, uma estratégia fiduciária, já que a reiteração da “sinceridade” tantas vezes enunciada, tantas vezes evocada, é apenas uma forma de se construir um “ambiente sincero” que harmonize e homogeneíze a correspondência.

Esse recurso pode ser lido, em meio a tantos outros exemplos, na carta de 20 de julho de 1914, que faz parte já do meio da correspondência, em que se pode ler: “Era **desnecessário repetir-me a sua sinceridade** dentro dela, por causa da literatura com que a ungiu. **Eu nunca duvido dela em Você**” (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 195, grifo nosso). A essa altura da correspondência, o campo de presença já é estável o suficiente (“nunca duvido dela em Você”) e não necessitaria mais de reiterações, o que o faz notar o próprio Sá-Carneiro. Mas para que o campo jamais enfraqueça, ambos não cessarão de dizê-la, como podemos ver, a seguir, em uma pequena lista não exaustiva das formas mais frequentes de reafirmação da sinceridade e da verdade na correspondência:

Lista de algumas formas de reiteração da sinceridade nas cartas

-
- “Um grande abraço de **sincero** amigo” (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 32).
 - “abraço do seu verdadeiro amigo” (Ibidem, p. 39).
 - “seu muito **sincero** amigo e **admirador**” (Ibidem, p. 42).
 - “num grande abraço de **sincera** amizade” (Ibidem, p.46).
 - “Recebi ontem a sua carta [...] ela vale por uma **prova de amizade, de confiança** [...] um grande abraço de sincero amigo” (Ibidem, p. 47).
 - “apenas a dizer **sinceramente** o que penso da sua obra. Peço que **acredite** e que **acredite** nisto: que eu compreendo os seus versos” (Ibidem, p. 63).
 - “Me diga com a **máxima sinceridade** o que pensa [...] mas **sinceridade absoluta**” (Ibidem, p. 64).
 - “Resposta **sincera** e o mais breve possível” (Ibidem, p. 68).
 - “eis meu caro amigo a **minha opinião sincera**” (Ibidem, p. 74).
 - “depois de composta a poesia, vi que ela era **sincera**” (Ibidem, p. 112).
 - “um grande abraço de **sincera amizade**” (Ibidem, p. 148).

“Agradeço sua carta em áurea **sinceridade**” (Ibidem, p. 170).

“o que eu, da minha vibratibilidade lastimaria em você – que tão genialmente **admiro** e tão **sinceramente** como posso estimo” (Ibidem, p. 186).

“juro-lhe que **não exagero, que não literatizo** [...] Só lhe peço que me desculpe a maneira como me exprimo – mas a única como me posso exprimir em **inteira sinceridade**” (Ibidem, p. 187).

“A **prova maior de franqueza que lhe posso dar** é enviando-lhe a carta do meu Pai” (Ibidem, p. 288).

O sujeito assume, como vemos claramente, o *papel* do “sujeito sincero”, assim como assume também o do suplicante em outros casos. Uma *atitude* do sujeito com relação ao contrato veridictório poderia abalar o regime de crença instaurado, por isso a construção de um sujeito estereotipado, de um *papel*, é tão intensa (FONTANILLE, 2007). Ou seja, o fazer do sujeito será lido como um *papel* se o seu percurso for estereotipado – é o caso de quando, nas cartas, temos um fazer estritamente epistolar (quando o sujeito apenas entrega-se a sua “pena”, valendo-se de todas as formas fixas e lugares-comuns do gênero); já a *atitude* dar-se-á pela irrupção de um comportamento não previsto, abrindo possibilidades de novos percursos para o sujeito, como alguns dos seus percursos passionais, por exemplo. No entanto, seu efeito só tem consistência, só perdura, se instaurado no interior da própria correspondência com Fernando Pessoa, que deve então ser lida como uma obra fechada, como um texto integral. Isto é, o efeito de sinceridade, o “sujeito sincero” que reside na correspondência, não se sustenta fora dela, pois o efeito de sinceridade, de fato, como dissemos, não passa de uma estratégia de manutenção da correspondência, que poderia mesmo ser toda “mentirosa”.

De certo modo, na correspondência de Sá-Carneiro com Pessoa a elaboração da sinceridade caminhou na direção de uma verdade construída, “agradável” (ou palatável) aos olhos do seu “irmão em

mistério”, pois em uma espécie de encenação decorosa² o gesto *sincero* é por vezes não manifestado, quando o sujeito então diz *não querer* ou *não poder* contar algo que só a ele diria respeito – preservando assim o seu interlocutor da “cruzeza” de uma verdade qualquer.

Esse fenômeno pode ser visto em mais de um momento, mas são exemplares os casos da carta de 21 de janeiro de 1913, do início da correspondência, e da carta de 31 de março de 1916 na qual anuncia pela primeira vez seu suicídio. Vejamos as duas cartas a seguir, respectivamente:

Quanto a mim, **em todas as almas há coisas secretas** cujo segredo é guardado até à morte delas. E são guardadas, **mesmo nos momentos mais sinceros, quando nos abrimos, nos expomos, todos doloridos, num lance de angústia, em face dos amigos mais queridos** – *porque as palavras que as poderiam traduzir seriam ridículas, mesquinhas, incompreensíveis ao mais perspicaz*. Estas coisas são materialmente impossíveis de serem ditas. A própria Natureza as encerrou – não permitindo que a garganta humana pudesse arranjar sons para as exprimir, apenas sons para as caricaturar. E como essas ideias-entranha são as coisas que mais estimamos, falta-nos sempre a coragem de as caricaturar. Daqui os “isolados” que todos nós, os homens, somos. **Duas almas que se compreendem inteiramente, que se conhecem, que saibam mutuamente tudo quanto nelas vive – não existem**. Nem poderiam existir. No dia em que se compreendessem totalmente – ó ideal dos amorosos! – eu tenho a certeza que se fundiriam numa só. E os corpos morreriam. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 56, grifo nosso).

Perdoe-me não lhe dizer mais nada: mas não só me falta o tempo e a cabeça **como acho belo levar comigo alguma coisa que ninguém** sabe *ao certo*, senão eu (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 374, grifo nosso).

Nas duas cartas, bastante distantes temporalmente uma da outra,

² Assim como na *bienséance* do teatro clássico francês, em que aos espectadores é oferecido o direito de não ver o que lhes seria desagradável – embora possam saber, ou ao menos supor, tudo o que se passa atrás das cortinas.

vemos o sujeito negar-se a ser sincero, a contar o que sabe de si. Esse gesto, pouco comum nas cartas de Sá-Carneiro a Pessoa, evidencia como, por vezes, o que é realmente íntimo não pode ser dividido. E a primeira carta, como dissemos, sendo do início da correspondência, estabelece portanto um regime de crença que não será jamais absoluto, pois a crença, o *saber* absoluto não existirá para Sá-Carneiro. Desse modo, toda a sinceridade evocada depois dessa carta (ou seja, praticamente toda a correspondência) deve ser lida com outros olhos: é enfim apenas a sinceridade que *pode* ser dividida, que pode tornar-se pública, puramente *estratégica*, portanto, e não a “mais sincera verdade” do sujeito.

Saindo do âmbito da *Correspondência com Fernando Pessoa*, podemos ter uma noção mais exata de como funciona essa sinceridade fiduciária. Uma rápida passagem pela correspondência com Maria mostramos bons indícios de como, nas cartas, constrói-se apenas a verdade que serve ao sujeito, já que, para Fernando Pessoa, Sá-Carneiro faz apenas referências negativas a sua madrasta, como na carta de 22 de fevereiro de 1916, em que diz, por exemplo:

minha crise atual [...] não é mais que um estádio na sucessão de coisas muito complicadas que, como você sabe, a minha vida contém [...] A aumentar tudo isto a inconstância sempre dum situação e dum futuro: **suponha você que o meu Pai casou com a pessoa que o meu amigo sabe** e a tem desde Dezembro, em Lourenço Marques.

A “pessoa que o meu amigo sabe” era nada mais que Maria, e esse tipo de carta iludiu os leitores que buscavam traçar a relação entre Mário e a mulher de seu pai. No entanto, as cartas que a ela escreveu, reveladas na década de 1990, mostram justamente o contrário, uma relação íntima, como a de irmãos ou mesmo de mãe e filho, como se pode ver em frases e vocativos do tipo: “Olha que eu sou muito teu amigo, e quero que tu, apesar de tudo, sejas também um

bécadinho **minha amiga**³ [...] Milhões de beijos e abraços do teu, teu Mário” (SÁ-CARNEIRO, 1992, p. 34-35, grifo nosso); “Querido amor” (SÁ-CARNEIRO, 1992, p. 45); “Querida Maria do Mario” (SÁ-CARNEIRO, 1992, p. 46); “Mariazinha” e “Mimi” (SÁ-CARNEIRO, 1992, p. 48).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir essa nossa pequena reflexão, vale citar aqui um episódio na correspondência com Pessoa em que temos uma omissão, uma forma, portanto, de *falta de sinceridade* (recuperável apenas graças ao exame de dados históricos e cartas externas à correspondência com Pessoa, o que não é, entretanto, nosso real objetivo), que ocorre quando o pai de Sá-Carneiro, justamente junto com Maria, vai a Paris e todos os três hospedam-se no mesmo hotel⁴. Na carta a Pessoa, Sá-Carneiro faz apenas referência ao pai, não revelando que Maria lá esteve com os dois, como podemos ler a seguir na carta de 12 de junho de 1914 e na de 15 do mesmo mês e ano, respectivamente:

Então o Santa-Rita, sabe, foi hoje não obstante procurar-me ao Hotel – mas poucas palavras trocamos **entrando eu com meu Pai** (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 164).

É verdade, antes de mais nada, recebi hoje a sua 1^a carta que muito me interessou e acima de tudo agradeço. [...] Mesmo não há nada de interessante – apenas hoje – sozinho, **o meu**

3 Maria seria a única mulher a que Sá-Carneiro referiu-se como “amiga”, tanto nas cartas que se conhece, quanto em toda a sua obra literária – à exceção de uma obra em parceria, a peça *Amizade*, na qual se podem ler “amizade” 14 vezes, “amigo”, 27 vezes, e “amiga”, 2 vezes (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 10). A autoria das duas aparições incipientes da palavra “amiga” seria dada ao parceiro, Tomaz Cabreira Junior.

4 Essa informação nos é dada pelas notas de François Castex e Marina Dias Tavares à carta de Sá-Carneiro a Maria, de 20 de junho de 1914, em que afirmam que Sá-Carneiro, ao regressar em julho de 1914 a Paris, “acompanha-o o pai e, provavelmente, Maria Cardoso. Carlos Augusto de Sá Carneiro parte dali para Lourenço Marques – via Lisboa – a 15 de junho. Maria Cardoso, que já assina Maria de Sá Carneiro, instalar-se-á na casa dos Restauradores” (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 125). Os dois críticos ainda afirmam que a “correspondência enviada para o Grand Hotel e dirigida a Maria prova que esta esteve também, de fato, em Paris, em junho de 1914” (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 126).

pai tendo partido às 12.16, começo a instalar-me em Paris (Ibidem, p. 165).

Na última carta que se conhece enviada ao seu pai, de 18 de fevereiro de 1916 – ou seja, quatro dias antes de dizer a Pessoa “você sabe quem” – em um *post-scriptum*, Sá-Carneiro diria ainda: “Saudades muitas à Maria”. E no último postal enviado em 2 de novembro de 1915, à própria Maria, meses antes desta se casar com seu pai, teríamos: “Mil bonitas saudades à Maria do/Mário/Recomendações para a Ama e Regina./(eu sou amigo)” (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 52).

Desse modo, podemos ver a variedade de formas assumidas pelo sujeito diante de seus destinatários, a construção de diversos regimes veridictórios, um para cada conjunto de cartas, para cada campo de presença instaurado, enfim, para cada comunidade epistolar estabelecida – o que impede, certamente, que se chegue, então, a uma “verdade de fato”.

Para a crítica, de uma forma geral, a tese mais consistente seria a de que, no campo epistolar (também afetivo) estabelecido com o amigo, em que tudo era *sinceridade*, Sá-Carneiro evitava o embate entre uma possível maior abertura de costumes sua (que se realizava plenamente na Paris cosmopolita em que vivia) e certa “estreiteza conservadora” de Pessoa. Maria seria, afinal, uma espécie de prostituta de luxo, conhecida pejorativamente como “Maria do cão” (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 19), por ter o hábito de passear com um cachorro, sozinha, pelas ruas lisboetas do início do século XX. Para Pessoa e outros amigos mais conservadores, o comportamento da família de Mário de Sá-Carneiro poderia ser tido como moralmente reprovável (CASTEX; TAVARES, 1992, p. 17). Do mesmo modo, o seu comportamento social, do qual pouco dá detalhes nas cartas, poderia ser, aos olhos do admirável amigo, também reprovável. E assim fazia segredo: “estas coisas [...] impossíveis de serem ditas. A

própria Natureza as encerrou [...] E como essas ideias-entranha são as coisas que mais estimamos” (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 56). Que coisas ele mais estimava que as não poderia revelar? Aí estaria um verdadeiro “perturbador mistério...”.

A própria natureza da comunicação epistolar, do sujeito Sá-Carneiro que nela se constrói, e toda essa impossibilidade de se resgatar a “verdade” evidenciam o modo como nas cartas temos sempre um simulacro de realidade, e não a “realidade em si”, e como tudo é fruto, por fim, da visão parcial de um sujeito que, representando um *papel* (ou por vezes uma *atitude*), busca apenas convencer o outro a participar de seu jogo epistolar, do seu diálogo “diferido”, lançando mão de estratégias manipulatórias das quais a sinceridade é aqui o grande e eficiente artifício.

REFERÊNCIAS

CASTEX, François; DIAS, Marina Tavares. Introdução. In: SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Cartas a Maria e outra correspondência inédita*. Lisboa: Quimera, 1992.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. Trad. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz et al. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, J. C. (Orgs.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008a, p. 15-74.

FONTANILLE, J. *Pratiques sémiotiques*. Paris: PUF, 2008b.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, J. Textes, objets, situations et formes de vie. In: ALONSO, Juan et al. (Orgs.). *La transversalité du sens*. Parcours sémiotiques. Saint Denis: PUV, 2006, p. 213-240.

GENINASCA, J. Notes sur la communication épistolaire. In: CALAME, CL. et al. *La Lettre. Approches sémiotiques*. Actes du VI^e Colloque interdisciplinaire – 1984. Éditions universitaires de Fribourg, 1988, p. 45-54.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J. Préface. In: CALAME, CL. et al. *La Lettre. Approches sémiotiques*. Actes du VI^e Colloque interdisciplinaire – 1984. Éditions Universitaires de Fribourg, 1988, p. 5-7.

GREIMAS, A. J. Le beau geste. In: *Recherches Sémiotiques, Semiotic Inquiry* – RSSI. Vol. 13, no. 1. Toronto: Association Canadienne de Sémiotique, 1993, p. 21-35.

GRIZE, J. B. Le dialogue par correspondance. In: CALAME, CL. et al. *La Lettre. Approches sémiotiques*. Actes du VI^e Colloque interdisciplinaire – 1984. Éditions universitaires de Fribourg, 1988, p. 9-18.

LANDOWSKI, É. A carta como ato de presença. In: _____. *Presenças do Outro*. Trad. Mary Amazonas. São Paulo: Perspectiva, 2002. cap. 6, p. 165-181.

AURÉLIO, B. de H. F. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. Versão 5.0. Editora Positivo, 2004.

SÁ-CARNEIRO, M. de. *Correspondência com Fernando Pessoa*. Edição de Teresa Sobral Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SÁ-CARNEIRO, M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

SÁ-CARNEIRO, M. de. *Cartas a Maria e outra correspondência inédita*. Leitura, fixação e notas de, François Castex e Marina Tavares Dias. Lisboa: Quimera, 1992.

SCHWARTZMANN, M. N. *Cartas marcadas: prática epistolar e formas de vida na correspondência de Mário de Sá-Carneiro*. 2009. 293p. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua portuguesa) – Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Disponível em: <http://www.athena.bibliotec.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030009P4/2009/schwartzmann_mn_dr_arafcl.pdf>.